Demonstrações financeiras

Águas de Pará de Minas S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do auditor independente

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Building a better working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Águas de Pará de Minas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Pará de Minas S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Águas de Pará de Minas S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**24.416**	22.042
Contas a receber de clientes	7	**10.556**	11.082
Estoques		**1.448**	576
Despesas antecipadas		**183**	321
Créditos com partes relacionadas	18	**41**	60
Tributos a recuperar		**998**	2
Outros ativos		**381**	40
		38.023	34.123
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	**2.542**	2.309
Depósitos judiciais		**6**	27
Tributos a recuperar		**215**	173
Ativo de direito de uso	9	**30**	214
Imobilizado	10	**1.033**	1.050
Ativo de contrato	11	**24.412**	25.644
Intangível	12	**80.749**	72.884
		108.987	102.301
Total do ativo		**147.010**	136.424

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	**578**	947
Empréstimos e financiamentos	14	**4.765**	15.783
Passivo de arrendamentos	14	**42**	241
Obrigações tributárias	15	**1.156**	950
Obrigações trabalhistas		**1.703**	1.840
Ônus da concessão		**229**	230
Obrigações com acionistas	18	**14.413**	7.847
Débitos com partes relacionadas	18	**628**	460
Outras obrigações		**523**	633
		24.037	28.931
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	**61.264**	55.126
Passivo de arrendamentos	14	**-**	42
Tributos diferidos	16	**2.292**	1.183
		63.556	56.351
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**25.948**	25.948
Reservas de lucros		**25.948**	25.194
Dividendos adicionais propostos		**7.521**	-
		59.417	51.142
Total do passivo e patrimônio líquido		**147.010**	136.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	20	**85.044**	82.620
Custo dos serviços prestados	21	**(44.016)**	(45.131)
Lucro bruto		**41.028**	37.489
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	**(19.464)**	(17.781)
Outras receitas operacionais		**393**	197
		(19.081)	(17.584)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**21.947**	19.905
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	**3.648**	3.297
Despesas financeiras	23	**(4.388)**	(4.906)
		(740)	(1.609)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**21.207**	18.296
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b	**(4.742)**	(5.100)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	**(1.109)**	(922)
Lucro líquido do exercício		**15.356**	12.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**15.356**	12.274
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**15.356**	12.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						
	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de investimentos**	**Retenção de lucros**	**Dividendos adicionais**	**Lucros acumulados**	**Patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	25.948	1.038	741	14.056	-	-	41.783
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.274	12.274
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	-	614	-	-	-	(614)	-
Reserva de investimento	-	-	436	-	-	(436)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.915)	(2.915)
Retenção de lucros	-	-	-	8.309	-	(8.309)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	25.948	1.652	1.177	22.365	-	-	51.142
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.356**	**15.356**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(3.434)**	**-**	**-**	**(3.434)**
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	**-**	**768**	**-**	**-**	**-**	**(768)**	**-**
Reserva de investimento	**-**	**-**	**171**	**-**	**-**	**(171)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.647)**	**(3.647)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.521**	**(7.521)**	**-**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**3.249**	**-**	**(3.249)**	**-**
Saldos 31 de dezembro de 2024	**25.948**	**2.420**	**1.348**	**22.180**	**7.521**	**-**	**59.417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**21.207**	18.296
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**5.604**	5.206
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	**3.744**	4.190
Variações monetárias	**484**	548
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**(47)**	-
Atualização monetária das contingências	**-**	(1)
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	**629**	241
Reversões de contingências	**-**	(7)
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	**(103)**	(2.258)
Estoques	**(872)**	(128)
Depósitos judiciais	**21**	9
Tributos a recuperar	**(561)**	(681)
Despesas antecipadas	**138**	(232)
Outros ativos	**(341)**	20
Aplicações financeiras vinculadas	**(233)**	41
Partes relacionadas, líquidas	**187**	227
Fornecedores	**(369)**	(407)
Ônus da concessão	**(1)**	41
Obrigações tributárias	**(19)**	148
Obrigações trabalhistas	**(137)**	169
Outras obrigações	**(110)**	374
	29.221	25.796
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(5.509)**	(4.302)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(6.928)**	(6.979)
Pagamento de juros sobre arrendamento	**(13)**	(29)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**16.771**	14.486
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(239)**	(202)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(8.601)**	(11.355)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**72**	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(8.768)**	(11.557)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação (custos de transação) de empréstimos e financiamentos	**(135)**	7.146
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	**(5.253)**	(4.725)
Pagamento dos arrendamentos	**(241)**	(224)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(5.629)**	2.197
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	**2.374**	5.126
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**22.042**	16.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**24.416**	22.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Águas de Pará de Minas S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Maestro Espíndola, 270, Nossa Senhora das Graças, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais - Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Pará de Minas (Concedente), vencedora do Processo Licitatório nº. 006/2014, com vigência de 35 anos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Concedente, ocorrida em 17 de abril de 2015, com término programado para 17 de abril de 2050, sendo a presente concessão prorrogável por até o limite máximo de mais 35 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Concessionária deverá repassar o percentual de 2,5% referente à outorga para o Município de Pará de Minas em relação à efetiva arrecadação apurada no mês anterior, a partir do ano 4 (2018); o percentual de 1,0% referente ao custo de regulação e fiscalização, calculado sobre a efetiva arrecadação da tarifa decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, apurada com base no mês imediatamente anterior e investir o percentual de 0,5% referente à proteção dos mananciais, conforme Lei Estadual n.º 12.503/1997, calculado sobre o valor total da receita operacional apurada no exercício anterior ao do investimento.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Pará de Minas, sem contrapartida financeira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.3. **Imobilizado**--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.4. **Ativo de contrato**

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.6. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.6. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.14. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**--Continuação

IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária.

Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Empresa não possui investimentos.

Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

b) *Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas*

A Concessionária reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas esperadas de crédito para as contas a receber*

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

		Hierarquia	31/12/2024		31/12/2023	
	Classificação por categoria	**do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**24.367**	**24.367**	21.998	21.998
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**2.542**	**2.542**	2.309	2.309
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**-**	**10.556**	**10.556**	11.082	11.082
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	**-**	**41**	**41**	60	60
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	**-**	**578**	**578**	947	947
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**-**	**66.029**	**66.029**	70.909	70.909
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	**-**	**42**	**42**	283	283
Ônus da concessão	Custo amortizado	**-**	**229**	**229**	230	230
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	**-**	**628**	**628**	460	460

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para esses ativos e passivos.

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

5. **Gestão de riscos financeiros**--Continuação

5.2. **Risco de mercado**--Continuação

Risco de taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, empréstimos e financiamentos utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**24.367**	**27.993**	**27.086**	**28.899**
Aplicações financeiras vinculadas	**CDI**	**2.542**	**2.920**	**2.826**	**3.015**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	**CDI**	**(10.335)**	**(11.873)**	**(11.488)**	**(12.257)**
Empréstimos e financiamentos	**TJLP**	**(57.010)**	**(61.993)**	**(60.750)**	**(63.241)**
Passivo líquido		**(40.436)**	**(42.953)**	**(42.326)**	**(43.584)**
Efeito líquido			**(2.517)**	**(1.890)**	**(3.148)**
CDI (a.a.)			**14,88%**		
TJLP (a.a.)			**8,74%**		

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor contábil	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	**578**	**578**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**67.345**	**4.865**	**14.308**	**48.172**
Passivo de arrendamentos	**42**	**42**	**-**	**-**
Ônus da concessão	**229**	**229**	**-**	**-**
Débitos com partes relacionadas	**628**	**628**	**-**	**-**
	68.822	**6.342**	**14.308**	**48.172**

	Valor contábil	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Acima de dois anos**
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	947	947	-	-
Empréstimos e financiamentos	72.190	15.868	4.275	52.047
Passivo de arrendamentos	283	241	42	-
Ônus da concessão	230	230	-	-
Débitos com partes relacionadas	460	460	-	-
	74.110	17.746	4.317	52.047

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**66.029**	70.909
Passivos de arrendamento (Nota 14)	**42**	283
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(24.416)**	(22.042)
Dívida líquida (a)	**41.655**	49.150
Total do patrimônio líquido (b)	**59.417**	51.142
Total do capital (a+b)	**101.072**	100.292
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	**41,21%**	49,01%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	**49**	44
Aplicações financeiras	**24.367**	21.998
	24.416	22.042

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 100,93% do CDI (100,65% em 2023).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	**13.221**	13.061
Clientes - parcelamento (b)	**355**	404
Pontos arrecadadores (c)	**161**	169
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	**(3.181)**	(2.552)
	10.556	11.082

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	**5.551**	5.886
Não faturado	**3.197**	3.291
Vencidas		
Até 30 dias	**1.096**	1.217
De 31 a 60 dias	**351**	315
De 61 a 90 dias	**90**	119
De 91 a 180 dias	**238**	237
Mais de 180 dias	**3.214**	2.569
	13.737	13.634

7. **Contas a receber de clientes**--Continuação

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(2.552)**	(2.311)
(+) Constituições	**(1.021)**	(1.042)
(-)Reversões	**392**	801
Saldo final	**(3.181)**	(2.552)

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R$ 2.542 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.309 em 2023) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

9. Ativo de direito de uso

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Imóveis	**916**	**(886)**	**30**	916	(702)	214
	916	**(886)**	**30**	916	(702)	214

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2023	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2024**
Imóveis	214	**(184)**	**30**
	214	**(184)**	**30**

	Saldos em 31/12/2022	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2023**
Imóveis	397	(183)	214
	397	(183)	214

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**1.112**	**(830)**	**282**	330
Veículos	20%	**1.212**	**(973)**	**239**	202
Máquinas e equipamentos	10%	**86**	**(37)**	**49**	47
Móveis e utensílios	10%	**487**	**(300)**	**187**	179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**398**	**(122)**	**276**	292
		3.295	**(2.262)**	**1.033**	1.050

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	330	**65**	**(113)**	**-**	**282**
Veículos	202	**128**	**(91)**	**-**	**239**
Máquinas e equipamentos	47	**11**	**(9)**	**-**	**49**
Móveis e utensílios	179	**35**	**(45)**	**18**	**187**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	292	**-**	**(16)**	**-**	**276**
	1.050	**239**	**(274)**	**18**	**1.033**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	271	165	(106)	330
Veículos	383	-	(181)	202
Máquinas e equipamentos	44	9	(6)	47
Móveis e utensílios	193	28	(42)	179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	308	-	(16)	292
	1.199	202	(351)	1.050

11. Ativo de contrato

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	**24.412**	25.644
	24.412	25.644

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	25.644	**11.490**	**(12.704)**	**(18)**	**24.412**
	25.644	**11.490**	**(12.704)**	**(18)**	**24.412**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	21.107	14.033	(9.496)	25.644
	21.107	14.033	(9.496)	25.644

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 3.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 11,97% a.a. (R$ 2.852 e 10,78 % a.a., em 2023).

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Valor líquido
Softwares e aplicativos	**20%**	**195**	**(184)**	**11**	21
Desenvolvimento de projetos	**20%**	**901**	**-**	**901**	901
Concessão/Infraestrutura		**104.212**	**(24.375)**	**79.837**	71.962
		105.308	**(24.559)**	**80.749**	72.884

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2023 Valor líquido
Captação	**4.615**	**(1.089)**	**3.526**	3.321
Adutoras	**25.478**	**(7.508)**	**17.970**	19.044
Estação de Tratamento de Água - ETA	**2.671**	**(380)**	**2.291**	2.215
Reservatório	**3.354**	**(367)**	**2.987**	3.121
Booster	**444**	**(29)**	**415**	113
Elevatória de água	**3.411**	**(903)**	**2.508**	2.650
Substituição/Expansão de rede de água	**15.098**	**(2.076)**	**13.022**	8.822
Ligação de água	**8.052**	**(968)**	**7.084**	5.094
Ligação de esgoto	**5.176**	**(900)**	**4.276**	3.968
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**6.861**	**(1.037)**	**5.824**	5.149
Elevatória - esgoto	**873**	**(30)**	**843**	62
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	**11.139**	**(1.469)**	**9.670**	8.187
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**4.737**	**(909)**	**3.828**	3.784
Máquinas e equipamentos	**12.303**	**(6.710)**	**5.593**	6.432
	104.212	**(24.375)**	**79.837**	71.962

12. **Intangível**--Continuação

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2023	**Adições**	**Amortização**	**Baixas**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2024**
Softwares e aplicativos	21	**-**	**(10)**	**-**	**-**	**11**
Desenvolvimento de projetos	901	**-**	**-**	**-**	**-**	**901**
Concessão/Infraestrutura	71.962	**332**	**(5.136)**	**(25)**	**12.704**	**79.837**
	72.884	**332**	**(5.146)**	**(25)**	**12.704**	**80.749**

	Saldos em 31/12/2022	**Adições**	**Amortização**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2023**
Softwares e aplicativos	33	-	(12)	-	21
Desenvolvimento de projetos	901	-	-	-	901
Concessão/Infraestrutura	66.952	174	(4.660)	9.496	71.962
	67.886	174	(4.672)	9.496	72.884

13. Fornecedores

Os fornecedores estão assim apresentados:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Materiais	**324**	539
Serviços	**178**	163
Infraestrutura	**11**	231
Outros	**65**	14
	578	947

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos				
FINEM (a)	TJLP	3,99% a.a.	**57.010**	60.822
Capital de giro (b)	CDI	1,04% e 1,77% a.a.	**10.335**	11.368
(-) Custos de transação			**(1.316)**	(1.281)
Total de empréstimos e financiamentos			**66.029**	70.909
Circulante			**4.765**	15.783
Não circulante			**61.264**	55.126
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 9)		7,5% a.a.	**42**	283
Total de arrendamentos			**42**	283
Circulante			**42**	241
Não circulante			**-**	42
Endividamento total			**66.071**	71.192
Endividamento total - circulante			**4.807**	16.024
Endividamento total - não circulante			**61.264**	55.168

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**70.909**	67.906
Captações	**-**	7.146
Custo de transação	**(135)**	-
Juros e encargos financeiros	**6.852**	6.926
Variações monetárias	**484**	548
Amortização de principal	**(5.253)**	(4.725)
Amortização de juros	**(6.928)**	(6.979)
Amortização dos custos de transação	**100**	87
Saldo final	**66.029**	70.909

Passivos de arrendamento	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**283**	507
Juros e encargos financeiros	**13**	29
Amortização de principal	**(241)**	(224)
Amortização de juros	**(13)**	(29)
Saldo final	**42**	283

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2025	**-**	**-**	**-**	4.275	(87)	4.188
2026	**14.308**	**(100)**	**14.208**	4.275	(87)	4.188
2027	**4.308**	**(100)**	**4.208**	4.275	(87)	4.188
Após 2027	**43.864**	**(1.016)**	**42.848**	43.497	(935)	42.562
	62.480	**(1.216)**	**61.264**	56.322	(1.196)	55.126

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	**-**	42
	-	42

(a) FINEM

Em 2018, a linha de crédito FINEM foi obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com valor contratado de R$ 73.768. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses, para amortização do principal, incluindo o pagamento de juros trimestrais durante o período de carência. Após esse período, tornam-se obrigatórios os pagamentos mensais, com vencimento final programados para 2038.

Esta operação têm como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Pará de Minas, e possuem como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e tem como interveniente garantidor Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

(b) Capital de giro

Em novembro de 2019, a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R$ 2.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência. O vencimento final deste empréstimo está programado para 2024.

Em março de 2024, a Concessionária aditou o contrato de capital de giro, no valor de R$ 10.000. O vencimento programado é para 2026, sendo amparado por aval prestado pela controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024.

15. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	**44**	38
ISS	**24**	50
IRRF	**591**	63
PIS	**86**	88
COFINS	**411**	421
IRPJ	**-**	135
CSLL	**-**	155
	1.156	950

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	37	**(2)**	**35**
Provisão participação nos lucros	186	**9**	**195**
Provisão salários e encargos em acordo coletivo	42	**(42)**	**-**
Arrendamentos	23	**(20)**	**3**
Outros	27	**6**	**33**
Ativo fiscal diferido	315	**(49)**	**266**
Juros capitalizados	(1.498)	**(1.060)**	**(2.558)**
Passivo fiscal diferido	(1.498)	**(1.060)**	**(2.558)**
Tributos diferidos, líquidos	(1.183)	**(1.109)**	**(2.292)**

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**21.207**	18.296
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	**(7.210)**	(6.221)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**(81)**	(52)
Juros sobre capital próprio	**1.167**	-
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 artigo 18)	**65**	70
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**15**	10
Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018)	**89**	94
PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012)	**16**	-
PRONON (Lei nº 12.715/2012)	**16**	-
Incentivo desportivo - (Lei nº 11.438/06 artigo 3)	**32**	35
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	**16**	18
Total do imposto de renda e da contribuição social	**(5.851)**	(6.022)
Alíquota efetiva	**27,59%**	32,91%

17. Contingências

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	**1.734**	1.493
Ambientais	**-**	305
	1.734	1.798

18. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve pagamento a pessoal chave da Administração pela Concessionária (R$ 832 em 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	-	615
Encargos sociais	-	163
Plano de saúde	-	46
Outros	-	8
	-	832

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**41**	60
Total do ativo circulante	**41**	60
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**14.413**	7.847
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**628**	460
Total do passivo circulante	**15.041**	8.307
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão - *Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(3.820)**	(3.373)

(a) Os saldos demonstrados acima decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

(b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em sua totalidade, por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., no montante de R$ 25.948 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 25.948 em 2023) está representado por 25.948.249 (vinte e cinco milhões, novecentas e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta e nove) unidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024, foram propostos dividendos adicionais no total de R$ 7.521 referentes ao lucro gerado no exercício. Além disso, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R$3.434, sendo R$ 516 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 2.918 para distribuição aos acionistas.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Lucro líquido	**15.356**	12.274
Constituição da reserva legal - 5%	**(768)**	(614)
Base de cálculo dos dividendos	**14.588**	11.660
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**3.647**	2.915

19. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	**81.430**	75.374
Receita de construção	**13.249**	16.248
Cancelamentos	**(506)**	(626)
	94.173	90.996
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(7.320)**	(6.766)
Descontos concedidos	**(1.809)**	(1.610)
Receita líquida	**85.044**	82.620

21. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Ônus da concessão	**(2.752)**	(2.498)
Energia elétrica	**(5.527)**	(4.570)
Custo de construção	**(13.249)**	(16.248)
Materiais aplicados nos serviços	**(3.664)**	(3.375)
Salários e benefícios a empregados	**(8.451)**	(8.433)
Utilização de imóveis e telefonia	**(6)**	(4)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(1.793)**	(1.713)
Serviços de terceiros	**(3.344)**	(3.412)
Depreciações e amortizações	**(4.740)**	(4.391)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(311)**	(266)
Outros custos	**(179)**	(221)
	(44.016)	(45.131)

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	**(7.925)**	(8.152)
Utilização de imóveis e telefonia	**(122)**	(154)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(368)**	(329)
Serviços de terceiros	**(7.326)**	(6.763)
Despesas com contencioso	**(81)**	(27)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(58)**	(84)
Depreciações e amortizações	**(375)**	(357)
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	**(629)**	(241)
Reversão de contingências	**-**	7
Outras despesas	**(2.580)**	(1.681)
	(19.464)	(17.781)

23. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Juros com aplicações financeiras	**2.848**	2.536
Juros e multas vinculadas à operação	**992**	893
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(178)**	(161)
Variação monetária sobre outros ativos	**39**	5
Outras receitas financeiras	**17**	24
	3.648	3.297
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	**(3.631)**	(4.074)
Juros sobre arrendamentos	**(6)**	(29)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(484)**	(548)
Tributos sobre operações financeiras	**(12)**	(15)
Descontos concedidos	**(77)**	(82)
Atualização monetária das contingências	**-**	1
Outras despesas financeiras	**(178)**	(159)
	(4.388)	(4.906)
Resultado financeiro	**(741)**	(1.609)

24. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	**50.000**
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	**13.000**
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	**75.000**
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2024 a 31/12/2025	**132.878**
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	**5.000**
Garantia de concessão	09/03/2025 a 09/03/2026	**8.600**
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	**200**

25. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros capitalizados	**3.221**	2.852
Destinação de dividendos	**3.647**	2.915
	6.868	5.767